

**Necessidades humano-sociais:
ensaio sobre a atualização das necessidades radicais**

Human and social needs: essay on the update of radical needs

Norma BRAZ¹

Resumo: O ponto de partida é a noção de *necessidade* estritamente ligada à temática do valor sob o capitalismo. O conceito de *necessidades* teorizado por Ágnes Heller (1929 -) deriva de seus estudos da obra de Marx, quando era ainda membro ativo da Escola de Budapeste. As *necessidades radicais* sintetizam proposta de sistematização das reformas ao socialismo vigente à época no Leste Europeu, especialmente na Hungria. A referência específica a este trabalho autoral, historicamente datado e geopoliticamente contextualizado, é justificada pelo resgate da memória em busca de seus possíveis significados. Além disto, as lições permanecem para subsidiar a nossa reflexão sobre as *necessidades radicais* nos dias atuais. A defesa intransigente do socialismo emerge como única possibilidade de resistência ideo-política à barbárie e parece nos responder com pertinência quais são as *necessidades radicais* hoje.

Palavras-chave: Necessidades humano-sociais. Necessidades radicais. Capitalismo. Socialismo.

Abstract: The starting point is the notion of necessity, strictly linked to the issue of value under capitalism. The concept of necessity theorized by Ágnes Heller (1929 -) derives from her study of Marx's work, when he was still an active member of the Budapest School. Radical necessities summarize a proposal of systematization of reform socialism prevailing at the time in Eastern Europe, especially in Hungary. The specific reference to this work, historically dated and geopolitically contextualized, is justified by the retrieval of the memory for possible meanings. Moreover, the lessons remain to subsidize our reflection on the *Radical Necessities* today. The uncompromising defense of socialism emerges as the only possibility of ideo-political resistance to barbarism and seems to respond with relevance which is the radical necessities today.

Keywords: Human and social needs. Radical needs. Capitalism. Socialism.

Submetido em: 13/10/2013. Aceito em: 25/11/2013

¹ Assistente Social. Doutora em Serviço Social e Política Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP, Brasil). Professora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP, Campus Baixada Santista, Brasil). E-mail: <norma_braz@hotmail.com >.

Introdução

Em ensaio apresentado no 7º Encontro Nacional de Política Social (BRAZ, 2012) sobre a *atualidade da teoria das necessidades em Marx*, refleti sobre a validade das ideias desenvolvidas, principalmente, mas não exclusivamente, por Ágnes Heller em seu “conjunto de observações e conclusões extraído em Marx” sobre o conceito de *necessidades* do ponto de vista histórico-filosófico-antropológico, “[...] presumivelmente a base em que constrói organicamente sua antropologia crítica” (ROVATTI, 1978).

A suspeita que nos predispôs à sua verificação era de que alguns dos pressupostos ali presentes ainda poderiam ser válidos para compreender e explicar o capitalismo em outro momento histórico. A teoria econômica de Marx e sua análise do desenvolvimento capitalista representaram o ponto de partida; ademais, não se tratava de avaliar o presente a partir da referência passada. Basicamente, interessava, por intermédio do núcleo categorial da *teoria das necessidades em Marx*, confrontar outra circunstância, temporal e historicamente distinta, cujas múltiplas determinações que a ensejaram já haviam se modificado profundamente, mas não essencialmente. Neste sentido, não se tratava de discutir a sua atualidade ou mesmo descrevê-la, mas de oferecer algumas indicações analíticas ao seu exame.

A aproximação à discussão das *necessidades* não se esgota na “descoberta” de sua natureza econômica no horizonte da soci-

idade capitalista, ou seja, no conceito de *necessidades* como categoria estritamente econômica no circuito da produção, distribuição e troca de mercadorias, próprio da reprodução das relações sociais capitalistas. É evidente que, tendo como horizonte as sociedades contemporâneas, cujo modo de produção capitalista alcançou o processo de “destruição criadora permanente”, as *necessidades* eram [e continuam sendo] as *necessidades de produção de mais valia* e, por conseguinte, de valorização do capital, ou seja, de *valorização dos valores já criados*.

Os percursos investigativos empreendidos sobre as *necessidades humano-sociais* têm atualizado a nossa perspectiva de análise, pelo menos, sob duas lentes complementares: i) a *alienação das necessidades do ser humano como gênero* – enquanto problema filosófico, teórico, político e prático social², e, ii) a *satisfação das necessidades reconhecidas no circuito da oferta de políticas sociais rebaixadas à sobrevivência biológica e imediata* – enquanto violação dos direitos humanos e sociais no horizonte da sociedade brasileira sob o regime democrático-liberal.

O não reconhecimento e a não satisfação das *necessidades humano-sociais* dos indivíduos que constituem a classe trabalhadora³, intensamente aguçadas e agudi-

² Sobre a categoria alienação, ver Mészáros (2006), capítulo 6: Aspectos ontológicos e morais da alienação, p. 149-172.

³ Sobre a categoria – classe trabalhadora – adotamos como referência a sua noção ampliada, ou seja, que inclui os trabalhadores “[...] que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorpo-

zadas ao extremo nas sociedades capitalistas contemporâneas do século XXI, têm nos levado a refletir sobre os limites daí remanescentes.

Alguns destes limites ensejam desafios que se impõem como exigências para atualizar a discussão das *necessidades humano-sociais* em contexto determinado historicamente pela hegemonia do capital no controle e regulação da totalidade das relações sociais. Isto supõe redimensionar a análise sobre as *necessidades humano-sociais* a partir do entendimento da subordinação absoluta do valor de uso, ou seja, dos bens socialmente necessários ao seu valor de troca (HARVEY, 2011; MESZÁROS, 2007; ANTUNES, 2003; MARX, 1968).

Este exercício encaminha, como já assinalado antes, ao desenvolvimento dos estudos das *necessidades sob a teoria social crítica*, o que vem acarretando a formulação de um sumário de questões a serem aprofundadas. A elaboração deste material engaja-se neste intento.

rando proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, o proletariado rural [...]. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, [...], os trabalhadores terceirizados, [...] além dos trabalhadores desempregados [...]” (ANTUNES, 2003, p. 103-104). “A essência peculiar à teoria de Marx, quando referida ao caráter de classe, advém da posição do trabalho no processo produtivo, ou seja, não é porque seja miserável ou numerosa, mas porque representa a contradição do sistema como um todo. É a classe trabalhadora que representa as contradições do sistema como um todo e, por isto, escapa a qualquer totalização harmoniosa” (EAGLETON, 2007).

O conceito de *necessidades* teorizado por Heller (1978) deriva de seus estudos da obra de Marx, quando era ainda membro ativo da Escola de Budapeste. As *necessidades radicais* sintetizam proposta de sistematização das reformas ao socialismo vigente à época no Leste Europeu, especialmente na Hungria ocupada pelos soviéticos. Portanto, esta referência específica ao trabalho de Ágnes Heller, historicamente datado e geopoliticamente contextualizado, pretende criticamente recuperar a memória histórica e resgatar possíveis significados. Além disto, as lições permanecem para subsidiar a nossa reflexão sobre as *necessidades radicais sob o capitalismo contemporâneo* e a defesa intransigente do socialismo como única possibilidade de resistência ideo-política à barbárie.

As *necessidades radicais*, sob o socialismo em meados do século passado, remetiam a utopia reformista do próprio regime. As *necessidades radicais*, sob a hegemonia do capitalismo nos dias de hoje, estão a nos desafiar: será mesmo que a única maneira de manter a imaginação intacta é não vivê-la?

O conceito de *necessidade* e a sua base material no capitalismo

O conceito de *necessidade* é desenvolvido a partir de sua vinculação à temática do valor: *valor de uso e de troca* na sociedade capitalista. Esta noção é construída a partir de Marx: o trabalhador vende ao capitalista sua *força de trabalho*, isto é, um *valor de uso*. O *valor de uso* satisfaz *necessidades*.

No modo de produção *capitalista* em que se definem processos de produção, distribuição e troca de mercadorias, o que caracteriza o modo de produção capitalista, ensina Marx em *O Capital*, é o fato de seu sistema produtivo estar subordinado inteiramente às relações de troca de mercadorias fundadas no *valor*. Neste sentido, a mercadoria é a forma em que se apresenta, nessa sociedade, o produto do trabalho humano, o qual se expressa na forma valor, ou seja, a mercadoria apresenta-se, na sua forma natural, como valor de uso e, na sua forma social, como valor.

Para Marx, a mercadoria é identificada por um valor de uso, como tal é *uma coisa* apta a satisfazer *necessidades* humanas de qualquer espécie. Por isto, ao tratar da mercadoria, tanto faz serem estas *necessidades do estômago ou da fantasia*. A sua natureza em nada altera a questão. Partilhando a ideia de que a natureza das *necessidades* nada altera a questão do “valor” sob o capitalismo, é indispensável capturar a sua essência.

Sobre isto, é conhecida a afirmação dos Grundrisse, que sustenta que fome é fome, mas “[...] a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua, com mãos, unhas e dentes.” (MARX, 2011, p. 47). Isto é, os *modos de satisfação* tornam *social a necessidade*. Até mesmo a *necessidade* básica da fome não é essencialmente natural, pois as relações sociais, inclusive as de produção e consumo, já qualificam a forma de saciá-la. As *necessidades* naturais de autoconservação são *necessidades* que a sociabilidade

humana requalifica, ou seja, as *necessidades físicas* para a manutenção do homem como ser *natural* são também *sociais e historicamente determinadas*. (MARX, 2011).

As referências que podem ser encontradas em diversos exemplos levam em conta a comparação do ser humano com outros animais em que a adaptação passiva à natureza é geneticamente determinada, distintamente do ser humano, a relação com a natureza é caracterizada por uma adaptação ativa, através do trabalho, o ser humano cria as condições materiais de sua própria reprodução. O trabalho é “*necessidade vital*” como categoria especificamente humana na relação da espécie com a natureza (LUKÁCS, 1979; HELLER, 1978).

A vida social, política e histórica é feita pelos próprios homens – e antes de tudo pelos homens em sua relação com a natureza, pois é dela que eles retiram os meios de sua existência. Esses meios são, prioritariamente, materiais. Subjaz a ação transformadora da realidade as finalidades com que é dirigido o trabalho humano, voltado para superação dos desafios da natureza na busca pela sobrevivência. “O trabalho é a categoria mediadora por excelência do ser social. (...) que responde pelo salto ontológico do ser orgânico para o ser social, justamente porque pelo trabalho a humanidade põe as condições de sua reprodução, se autocria.” (DUAYER, 2012: p.45).

No sistema capitalista os valores de uso são, ao mesmo tempo, veículos do valor de troca. A mercadoria encobre as carac-

terísticas sociais do trabalho humano, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho, oculta a *relação* entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como *relação social* existente, à margem dos trabalhadores, entre os produtos do seu próprio trabalho (MARX, 1968, v. 1, p. 41 e ss.).

Embora Á. Heller tenha reparado a sua *teoria das necessidades em Marx*⁴ e afirmado que a mesma não contenha mais a sua própria *teoria das necessidades* ao completo, declara que a “[...] interpretação de Marx à época serviu como veículo com a qual elaborei e clarifiquei” (HELLER, 1996, p. 83). Por isto, perscrutamos a latência desta teoria, exatamente quando a autora desenvolve um conjunto de *observações preliminares ao conceito de necessidade*, cuja lógica se constrói a partir das categorias que extrai de Marx, quais sejam: produção de mais valia; mais valia que reproduz a propriedade privada e a divisão do trabalho; cujo desenvolvimento da divisão do trabalho e a produtividade

⁴“Marx apreende dos economistas, via Hegel, as necessidades enquanto noção teoricamente importante. A esse respeito, escreveu Naville: ‘Abordando a *Fenomenologia do espírito*, a *Filosofia do direito*, e mesmo a *Ciência da lógica*, Marx não descobria, pois, apenas Hegel, mas já, através dele, uma parte da economia clássica que aí se acha assimilada e filosoficamente traduzida, de sorte que Marx não teria tão bem procedido à sua crítica sistemática da sociedade civil e do Estado segundo Hegel se nele já não tivesse encontrado certos elementos que permaneciam vivos, como a *teoria das necessidades*, a da apropriação ou a análise da divisão do trabalho” (FRAGA, 2006, p. 137).

criam, junto com a riqueza material, também a riqueza e a multiplicidade das *necessidades*; as *necessidades* se repartem sempre em virtude da divisão do trabalho; o lugar ocupado dentro da divisão do trabalho determina a estrutura da *necessidade* ou, pelo menos, os seus limites (HELLER, 1978).

Sendo assim, reflete sobre dois campos, simultaneamente, de considerações: o primeiro, quando resgata de Marx a crítica à economia política clássica. Em especial, no que se refere à “naturalização” da lei de acumulação capitalista, “que se pretende mistificar convertendo-a em uma lei natural; e, em segundo lugar, que esta lei expressa mais que uma coisa: que ‘sua natureza’ exclui toda redução do grau de exploração do trabalho ou toda alta de preço deste, que pode pôr em perigo seriamente a reprodução constante do regime capitalista sobre uma escala cada vez mais alta. E, forçosamente, tem que ser assim, em um regime de produção em que o trabalhador existe para as *necessidades* de valorização dos valores já criados, em vez de existir a riqueza para as *necessidades de desenvolvimento do trabalhador*” (MARX apud HELLER, 1978, p. 22).

A constatação de que o trabalho, ao produzir valor de uso – mercadoria –, interessa unicamente para a valorização dos valores de troca, significa exatamente que a força de trabalho, ao produzir mercadorias, deixa nestas mais valores que residiam no início do processo de produção. Este resultado pressupõe que o trabalho se tenha transformado de concreto, individual, *qualitativamente* definido em tra-

balho abstrato, socialmente necessário, só *quantitativamente* definido e só assim representável na forma autônoma do valor dinheiro (MARX, 1985).

Parte-se, por conseguinte, do aforismo de que a *necessidade* para o capital é tornar-se capital, isto é, “*valor em processo*”. De acordo com Maffi (1985), em sua introdução ao Capítulo VI Inédito d’O Capital, esclarece que tal “valor em processo” só ocorre se, “[...] no interior do processo de produção, o trabalho humano o transformar de grandeza constante em grandeza variável”. No capitalismo, “[...] o processo de trabalho em geral [...] é inseparavelmente *processo de valorização*, de incremento do valor do capital adiantado” (MAFFI apud MARX, 1985, p.19).

Para Marx, somente em períodos breves e excepcionais a classe trabalhadora poderia “[...] participar momentaneamente do consumo de artigos normalmente inacessíveis a ela [...]”; isto porque à prosperidade segue a crise, tornando “novamente” inalcançável o consumo de tais produtos. Não se trata do colapso do capitalismo por ter este atingido o limite de sua capacidade em colocar as forças produtivas em marcha; porém, a irregularidade do crescimento capitalista, responsável por crises periódicas, geraria conflitos sociais. Deflagrando assim a contradição do modo de gerir a economia da sociedade da propriedade, privada e capitalista, historicamente construída, na qual é prevalente a divisão social e hierárquica que subsume o trabalho ao capital.

A contradição fundamental, ao alcançar a sua culminação, chegaria a converter-se na máxima antinomia do sistema, o que inexoravelmente levaria à supressão do sistema capitalista. *O capitalismo abatido pelas forças aprisionadas por suas contradições internas*. A contradição histórica, a partir desta interpretação, a converte em um conceito naturalista ou em um determinismo economicista e tecnicista, no qual a revolução é dada como consequência da crise, como correlação automática entre a maturação da crise econômica e o amadurecimento político que conduziria, inevitável e inescapavelmente, na revolução política, até a derrocada do capitalismo com a “expropriação dos expropriadores”. Outra possibilidade, em oposição à derrubada radical da ordem burguesa via revolução, se deveu à proposta da social democracia alemã na segunda metade do século passado, em que haveria uma evolução natural das forças políticas que alcançariam o socialismo e a sua forma superior: o comunismo, como se tudo estivesse condicionado e dependesse de um salto evolutivo. Desta perspectiva, o socialismo seria um processo sem-fim de aprofundamento da democracia liberal (HOBSBAWM, 2011).

Em ambas as interpretações, o prognóstico da “ultrapassagem” das sociedades capitalistas para o socialismo tornar-se-ia realidade factível. Porém, como recomenda Hobsbawm, “‘o campo socialista’ que interessa ao historiador é o que de fato emergiu, não o que poderia ter sido”. Acrescenta que “[...] nenhuma das condições que Marx ou qualquer um de seus seguidores tinham até então considerado

essenciais para o estabelecimento de uma economia socialista estava presente [na ex-URSS], que era praticamente sinônimo de atraso econômico e social na Europa” (HOBBSAWM, 1995, p. 366).

Ao longo deste ensaio, pretendemos introduzir a discussão sobre as *necessidades* em uma economia socialista, a partir da discussão das *necessidades radicais* em Heller (1978). A nossa suspeita recai sobre os argumentos que justificam a irrealização das *necessidades radicais* sob o regime político socialista, quando, aliás, se perdeu por completo a esperança de um socialismo humanizado, como manifesto na Primavera de Praga. Hoje, como assinala Hobsbawm (2011), no momento em que o capitalismo é advertido pela própria natureza das suas operações globais sem obstáculos, e não pela ameaça da revolução social, parece-nos evidente que não é a teoria “marxista” que deva ser refutada pelo insucesso ou derrota do socialismo. Certamente, a teoria marxiana ainda se apresenta como uma descrição do mundo em sua crítica ontológica e, por isto mesmo, radical⁵ e, arriscamos: *imprescindível*.

O conceito de *necessidade* e sua base *ideal* no socialismo

A importância deste enfoque está dada pela análise das *necessidades* no socialismo, ou, pelo menos, para uma das formas por ele assumida. Por isto, nos parece absolutamente razoável contextualizar historicamente a *teoria das necessidades* de Heller (1978), porque suspeitamos que o significado da discussão das *necessidades* e

a sua base material, quando de sua elaboração, não se vinculava mais, nem imediata e nem exclusivamente, à supressão do capitalismo. Na realidade, Heller estaria empenhada, como tornou claro em mais de uma de suas passagens, a ir além, dialogar com a obra de Marx, “[...] interrogá-lo [a Marx] a partir das urgências práticas e teóricas do presente”, capturar “em suas oscilações, em certas ambiguidades, o fato, por conseguinte, de não haver [Marx] desejado fechar dogmaticamente a teoria ali onde a prática e a história permaneciam abertas” (ROVATTI, 1978, p.14-15). Tratava-se, portanto, de concentrar esforços na elaboração de uma *teoria das necessidades* que se vinculasse organicamente a uma interpretação histórica, dialética e, portanto, não dogmática dos textos de Marx, sobretudo, reconhecendo os aspectos práticos de sua teoria e como afetavam a atividade política.

Há dois componentes daí decorrentes a serem destacados. Um deles é sobre a especificidade deste momento histórico. Tonet (2008, p.13), em sua reflexão sobre as possíveis explicações dos desvirtuamentos históricos do socialismo, assinala que não há relação direta entre uma teoria e práticas futuras realizadas em seu nome. Defende que a “[...] história é feita de alternativas, de possibilidades e não de desdobramentos *inevitáveis*. O fato de não seguir o caminho indicado pela teoria não a torna falsa, apenas indica que houve um desdobramento diferente”.

Neste sentido, nos parece impossível separar a produção deste texto de Á. Heller de seu contexto histórico e da intenção

⁵A esse respeito ver Mario Duayer (2012).

que havia na teorização das *necessidades radicais* como uma utopia a ser construída pelo “[...] movimento socialista [capaz] de desenvolver comunidades que abarcassem massas cada vez mais amplas, nas quais as *necessidades* fossem reestruturadas sob o domínio das [*necessidades*] qualitativas” (HELLER, 1978, p.181). Para Á. Heller, “[...] o marxismo ocidental havia vergonhosamente esquecido da situação das pessoas que viviam sob o socialismo. O radicalismo teórico destes pensadores ocidentais, tão sensíveis às formas mais sutis de repressão e exploração capitalistas, desapareceu completamente, ao se depararem com a opressão sob o socialismo”⁶. Evidentemente, não se trata apenas daquilo em que se haviam convertido as condições objetivas do socialismo no Leste Europeu, em particular na Hungria, Budapeste, onde viveu durante o governo reformista comunista de Imre Nagy (1896-1958), mas o que nesta realidade enseja razão, causa e circunstâncias históricas e os seus efeitos sobre a sua produção teórica e militante. Por conseguinte, retornar às condições em que os efeitos da revolução húngara de 56 do século passado determinariam no curso de suas ideias e proposições.

A sociedade moderna é uma sociedade de capitalismo burocrático. [...]. A Revolução húngara de 1956 foi a primeira e, até o momento, a única revolução total contra o capitalismo burocrático total – a primeira a anunciar o conteúdo e a orientação das futuras revoluções... . Durante dezenas de anos, os ‘marxistas’, os ‘intelectuais de esquerda’, os militantes etc. discutiram – e ainda o fazem – sobre o caráter correto ou

não da política stalinista, sobre as causas e sobre a data exata do ‘Termidor’ russo, sobre a natureza social dos regimes da Rússia e da Europa oriental (Estados operários degenerados? Estados não operários degenerados? Estados socialistas com deformações capitalistas? Estados capitalistas com deformações socialistas?). Os trabalhadores e a juventude húngara pegaram em armas e colocaram, pela sua prática, um ponto final nestas discussões. Demonstraram por seus atos que a diferença entre os operários e o ‘Estado’ ‘operário’ é a diferença entre a vida e a morte; e que eles prefeririam morrer combatendo o ‘Estado operário’ do que viver como operários num ‘Estado operário’ (CASTORIADIS, 1983, p. 259).

Uma revolução estourou na Hungria. Ali, o novo governo [...] anunciou o fim do sistema unipartidário, o que os soviéticos poderiam tolerar – as opiniões entre eles estavam divididas –, mas também a retirada da Hungria do Pacto de Varsóvia e sua futura neutralidade, o que eles não iriam tolerar. A revolução foi reprimida pelo exército russo em novembro de 1956 (HOBSBAWM, 1995, p. 387).

A revolução de 56 fez surgirem suspeitas iniciais entre os intelectuais húngaros e os ocidentais e jogou, apesar do militante otimismo de Lukács, negras sombras acerca da possibilidade mesma de sua reforma. [...] A revolução húngara significou, sobretudo, o despertar do sono dogmático de Lukács. Este fato o fez perceber a necessidade de reformar o socialismo e, de forma indireta, imbuir a seus discípulos (Ágnes Heller, entre eles) deste espírito (RIVERO apud HELLER, 1996).

Lukács⁷, certamente o mais importante filósofo no resgate do marxismo como

⁶ Conforme Introdução de Ángel Rivero na obra Heller (1996, p.15).

⁷ György Lukács (1885-1971), fundador da *Escola de Budapeste*, que reunia entre os seus membros: István Mészáros, György Márkus e Ágnes Heller. Lukács dirigia o departamento de Filosofia da

uma ontologia do ser social, na perspectiva da autoconstrução humana e do trabalho como fundamento ontológico do ser social, acreditava na fundação de um projeto capaz de reformar o socialismo. Em entrevista concedida e publicada no livro *Conversando com Lukács*, confirma, entre outras importantes ideias, a de que:

A coexistência [pacífica] é uma nova forma de luta de classes. Como em qualquer outra forma de luta de classes, é válido para ela o princípio leninista que recomenda levar em conta *quem a faz, com quem a faz e contra quem a faz*. E não se pode, também, esquecer um "momento" essencial dela: no fundo da coexistência está o contato incessante entre as culturas, contato que não pode ser detido por qualquer tipo de guerra ou de proibição. (...) Um duplo movimento nos é necessário: retornar a Marx, no método, e caminhar para adiante, na realidade formulando a explicação marxista para os novos fenômenos hoje. Se formos capazes de fazê-lo, venceremos a batalha histórica da coexistência; de outro modo, seremos derrotados inexoravelmente" (LUKÁCS, 1969, p.159 e ss.).

Universidade de Budapeste, quando Heller, sob sua orientação, defendeu sua tese de doutorado e iniciou a docência universitária. "Lukács tinha perfeita consciência do extremo empobrecimento sofrido pelo pensamento marxista durante a época stalinista. Aos seus olhos, o stalinismo consistia não apenas em um período de 'profunda desumanidade' e de crimes, mas também num conjunto de concepções teóricas que havia pervertido a própria natureza do pensamento de Marx" (TERTULIAN, 2010, p. 54-69). Este período histórico representou uma tomada de posicionamento crítico frente aos regimes *socialistas* do Leste Europeu. A esse respeito, ver Arnason (1989, p.163-245).

Rovatti (1978, p.7-8) assinala que 1968 foi um ano decisivo para Á. Heller, "[...] não só porque, como os restantes membros do grupo da Escola de Budapeste, deve pensar em comparação aos sucessos de Praga, frente ao 'socialismo realizado'". Mas, não somente no Leste, e, agora, sim, também e fundamentalmente, porque "[...] percebe nas revoltas estudantis ocidentais a expressão concreta de uma crítica que desde o nível da política e da economia consegue penetrar no interior do modo de vida burguês". Referindo-se

A Primavera de Praga, em 1968, precedida e acompanhada de fermentação e agitação político-culturais, coincidiu com a explosão geral de radicalismo estudantil: um dos raros movimentos que cruzaram oceanos e as fronteiras de sistemas sociais e produziram movimentos sociais simultâneos, sobretudo centrados nos estudantes, da Califórnia e México à Polônia e Iugoslávia (HOBBS-AWM, 1995, p. 388).

Tonet (2008), em ensaio crítico sobre o socialismo, reflete sobre "[...] os momentos históricos como campo de possibilidades, os quais, embora 'elásticos', apresentem limites que não podem ser ultrapassados". Parece nos informar que este era efetivamente o quadro.

Pode-se até admitir – e com toda razão – que a condução do processo por Lênin tivesse sido diferente da de Stálin. Contudo, nem sob Lênin a União Soviética poderia deixar de tornar-se um regime autocrático, dados os limites impostos pela situação objetiva. Por outro lado, esta mesma situação objetiva impediria a efetivação das intenções da Oposição Operária de construir uma forma de sociabilidade verdadeiramente socialista, quer dizer, livre. Em re-

sumo: do ponto de vista da construção do socialismo: um beco sem saída (TONET, 2008, p. 33).

Em todos os países do “campo socialista”

[...] encontramos sistemas políticos unipartidários com estruturas de autoridade altamente centralizadas; verdade cultural e intelectual oficialmente promulgada, determinada pela autoridade política; economias centrais planejadas pelo Estado; e, até mesmo, relíquia mais óbvia da herança stalinista, líderes supremos de forte perfil. Na verdade, nos Estados diretamente ocupados pelo exército soviético, incluindo os serviços de segurança soviéticos, os governos locais eram obrigados a seguir o exemplo soviético, por exemplo, organizando julgamentos e expurgos encenados de comunistas locais, segundo o modelo de Stalin, um assunto pelo qual os partidos comunistas locais não demonstravam nenhum entusiasmo espontâneo (HOBBS-BAWM, 1995, p.385).

Outro aspecto intrínseco ao “socialismo realmente existente” a ser destacado diz respeito aos objetivos de Á. Heller ao elaborar a sua *teoria das necessidades em Marx* enquanto projeto que cumpre propósitos imbricados. Trata-se de um conjunto de reflexões que a coloca em uma direta interlocução com a obra marxiana, sobre as *necessidades*, mas, demandada por uma “urgência” histórica, Heller da *teoria das necessidades* necessita refletir, teorizar e construir alternativas possíveis para uma *práxis* capaz de reestruturar de modo cabal a vida cotidiana como exigência política de um “novo” modo de vida. As *necessidades radicais* enquanto *práxis* [capaz] de apreender o caráter mutável da essência humana, inextricavelmente, emanci-

pador por meio da exigência política de um novo modo de vida que dá por suposto a reestruturação global da vida cotidiana, incluindo a das próprias necessidades (HELLER, 1978).

A sua reflexão sobre as *necessidades radicais* remetiam à ideia de uma “revolução social total que não poderia ser fixada em um ponto determinado de tempo”. Porque, de acordo com a autora, “o movimento para revolução social total não constitui um ato ou um conjunto de atos, consiste em um processo”. Um processo cujo sujeito é a “massa”, em medida cada vez maior. “Nos movimentos revolucionários para a transformação total da sociedade dos próprios homens que transformam sua estrutura de necessidades e de valores em um processo permanente.” (HELLER, 1978, p.178).

Estas são as *necessidades radicais* que conduzem exclusivamente à completa reestruturação do sistema de necessidades. Segundo Heller, o sistema de necessidades capitalista pertence ao capitalismo; apesar dele, é precisamente *esta sociedade* [dos *produtores associados*], que constitui o oposto não só da sociedade capitalista, mas sim de toda sociedade civil, que haja existido até agora, é a primeira sociedade não alienada, [a qual constitui o “reino da liberdade”], a que desenvolve as forças produtivas até o ponto de superar a divisão do trabalho, assim mesmo pode criar e cria necessidades pertencentes a seu ser, porém, não a *seu sistema de necessidades*. Só as *necessidades radicais* podem motivar os homens a realizarem uma formação social radicalmente distinta da precedente, cujo

sistema de necessidades – radicalmente novo – se diferenciará dos passados (HELLER, 1978, p.117 e ss.).

Em 1973, com uma resolução especial, o partido comunista húngaro banuiu a “Escola de Budapeste”, impedindo aos seus membros qualquer possibilidade de ensino, de pesquisa e de publicação, instaurado o que ficou conhecido como o “processo aos filósofos”. Foi chamado assim, mas jamais foi um verdadeiro processo. Com aquela resolução, o Partido os inculpava de “negar a qualidade revolucionária verdadeira e própria das revoluções socialistas” para concluir que não podiam fazer parte de institutos ou academias científicas, porque as posições políticas que defendiam se afastavam perigosamente do marxismo-leninismo.

É desejável, mas insuficiente, procurar “o” lugar em que se insere a *teoria das necessidades em Marx* no marco da conhecida e nítida oposição de Á. Heller a Á. Heller⁸. No caso deste livro, a ruptura entre o

¹⁰ O horizonte teórico das obras de Heller – até o momento de seu exílio (1977), ano em que as *autoridades húngaras lhe concedem o passaporte* e deixa o seu país –, fora fortemente influenciado por Lukács e a necessidade de promover a reforma do socialismo real, sobretudo, a partir da revolução húngara. Heller viria a abandonar o marxismo e a sua perspectiva revolucionária. Para os fins exclusivos deste ensaio, considerou-se a contribuição de Heller em sua fase *lukacsiana*, em particular na obra em questão. Heller seguiu para a Austrália, posteriormente para os Estados Unidos, onde foi professora da New School for Social Research, N.Y, vindo a ocupar a cátedra de Hannah Arendt. “Em 1981, dez anos após a morte de Lukács, Heller publicou um artigo em que sintetizou suas críticas ao trabalho do filósofo húngaro, no que

marxismo lukácsiano e o pós-marxismo habermasiano de Á. Heller não foi apenas manifesto objeto de trabalho afirmado pela autora, mas motivo para promover a sua mais completa revisão⁹. Trata-se de um caso muito singular em que a autora realiza a revisão de seu livro, reescrevendo-o a partir da troca dos sinais, ou seja, abandonou a grande narrativa marxista e categorias antes centrais passam a ser superficiais.

Heller (2008), em entrevista, afirma aceitar a modernidade. E adianta que não pensa, de fato, que o existente seja necessário, assim como ele é, mas reconhece que algumas coisas são impossíveis, tanto a abolição do mercado quanto a liberdade de criar instituições políticas ou a eliminação da ciência e das tecnologias. Ela acena com a análise de que “[...] no interior deste horizonte são ainda possíveis revoluções e transições, as revoluções políticas são frutos da própria modernidade que criou sempre novas formas políticas”. Ao final, atesta: “[...] se pode ainda agir, mas o impossível continua impossível. O socialismo, por exemplo, nas condições objetivas e históricas, se revelou irreformável”.

O erro fundamental da teoria de Lenin-Trotsky consiste, precisamente, em opor, tal como Kautski, a ditadura à democracia. “Ditadura ou democracia”, assim é posta a

diz respeito às questões relativas à centralidade ontológica do trabalho” (LESSA, 1996).

⁹ Sobre a evolução de seu pensamento, ver Rivero (1996).

questão, tanto pelos bolcheviques quanto por Kautski. Este se decide naturalmente pela democracia, isto é, pela democracia burguesa, visto que é a alternativa que se propõe à transformação socialista. Em contrapartida, Lenin-Trotsky se decidem pela ditadura em oposição à democracia e, assim sendo, pela ditadura de um punhado de pessoas, isto é, pela ditadura burguesa. São dois polos opostos igualmente afastados da verdadeira política socialista (LUXEMBURG, 1991, p.127).

As necessidades radicais hoje

O contexto histórico em que a *teoria das necessidades radicais* foi elaborada demarca a análise do ser social sob o paradigma do que a autora denominava de “utopia radical”. Esta utopia não representa mais nenhuma categoria especial; seja porque enquanto uma utopia de um futuro melhorado ou reformado, não realizado, por isto mesmo utópico, se mostrou, no mínimo, “idealizado” e não propriamente materializado, experimentado historicamente; seja porque a interpretação da *teoria das necessidades em Marx, e nesta, das necessidades radicais em Heller*, foi desautorizada pela própria autora, na medida em que as suas convicções atuais das *necessidades radicais* constituem-se de uma análise sobre a diferença, o único, o idiossincrático da pessoa singular e também das comunidades (HELLER, 1996, p. 120), ou seja, as *necessidades radicais* transmutaram-se na mais plural expressão das particularidades individuais ou coletivas. De algum modo, tornaram-se superficiais, ou seja, o que era essência passa a ser supérfluo.

Neste ponto, onde ocorre à inflexão, interessa problematizar, pois como sinaliza Hobsbawm (2011, p. 347), “[...] após quase oito décadas de prática [referindo-se ao período compreendido da Revolução de Outubro à queda do muro em Berlim], aqueles que ainda se apegavam à esperança de uma sociedade construída em nome da cooperação, e não da competição, tinham de retornar à teoria”.

Afinal, quais são as *necessidades radicais hoje*? Uma vez que não mais trilharemos inteiramente os (*des*) caminhos assumidos por Heller.

Nesta direção, parece-nos que a discussão colocada nos termos de Eagleton (2007) é suficiente para uma boa introdução, ou seja, em que não há nada que possa ser considerado *inevitável* em termos de futuro. De acordo com o filósofo e crítico literário britânico marxista Terry Eagleton, a inevitabilidade histórica não significa um prognóstico catastrófico ou apocalíptico, apenas que não há nada que seja passível de ser evitado. O autor irá refletir que, do ponto de vista político, não seria desejável permitir que a racionalidade autorreguladora da sociedade de mercado não oferecesse uma rede de amparo, de proteção social à população, pois se corre o risco de insatisfação, de instabilidade e chegando mesmo a convulsões sociais e políticas, porém, do ponto de vista econômico, é exatamente esse tipo de proteção que as forças do mercado destroem. Ademais, esta nova base para lucrar e absorver o capital impõe às massas a entrega dos frutos de seu trabalho e a cessão

da quase totalidade dos seus direitos conquistados.

É sabido que o “[...] sistema capitalista se oferece para ‘minar ‘sua própria hegemonia’”. As previsões de Marx indicavam “[...] que toda forma de produção forja suas próprias relações jurídicas, forma de governo etc. [...] o que é organicamente conectado [...] essas mesmas formas são substituídas em sua obsolescência [...]”. De modo que a manufatura em substituição à antiga organização feudal, da indústria que, circunscrita a corporações fechadas, já não podia atender à demanda que crescia com a abertura de novos mercados. Com a ampliação dos mercados, a própria manufatura tornou-se insuficiente para satisfazer as necessidades que cresciam ainda mais. A grande indústria supera a manufatura e cria o mercado mundial. A indústria, baseada na inovação tecnológica e informacional, expone o desenvolvimento das forças produtivas e ampliação dos mercados em escala global. A contemporaneidade, marcada profundamente pelo esgotamento de um padrão de acumulação, em que diferentemente dos anteriores se tornou obsoleto diante da ampliação dos mercados consumidores, de tal sorte, que os mercados (nacionais) é que se tornaram cada vez mais restritos para essa forma de organização da produção. A internacionalização da economia acaba por destruir as fronteiras nacionais em que se fundam as bases formais dos *Welfare States* sob os diferentes Estados socialdemocratas europeus (BEHRING, 2003; HADDAD, 1998; ABREU, 1997).

Para Eagleton (2007), a atual crise da esquerda não tem relação com o colapso do comunismo, diferentemente de Hobsbawm (2011, p.347), para quem “[...] a queda da União Soviética e do modelo soviético foi traumática não só para os comunistas, como também para todos os socialistas, quando nada porque, com todos os seus defeitos patentes, fora a única iniciativa que lograra realmente construir uma sociedade socialista”. Eagleton (2007), com afiada ironia, desfere o argumento capaz de explicar que a crise da esquerda justificada pelo fim do comunismo deve ser assim compreendida: “[...] tal colapso demonstrou o formidável poder do capitalismo – que na forma de uma deliberadamente ruínosa corrida armamentista definiu em grande medida que o bloco soviético se colocasse de joelhos –, e nem tanto pelo desmoronamento de uma valiosa forma de vida encarnada pelos Ceaucescus”.¹⁰

¹⁰ A crítica mordaz disparada por Eagleton a Nicolae Ceaușescu, líder do Partido Comunista Romeno (PCR), que chega à presidência do Conselho do Estado, em 1967, é legítima e se deve ao fato deste ter sido responsável por um dos regimes mais arbitrário, violento e extremamente desumano. Ceaușescu, logo após a morte de Gheorghiu-Dej (1965), segue os seus passos, convertendo-se rapidamente numa figura popular, graças à sua política independente, que desafiava a supremacia da União Soviética no país. Ceaușescu recusou-se a realizar reformas liberalistas. A polícia secreta (Securitate) manteve um controle firme sobre a liberdade de expressão e os meios de comunicação social e não tolerava qualquer tipo de oposição. A situação agrava-se nos anos 80. Para pagar a dívida externa acumulada devido ao processo acelerado de industrialização que havia tido lugar na década anterior, Ceaușescu ordena a exportação de grande parte da produção agrícola e industrial do país. O resultado foi a escassez de comida,

Eagleton persevera na linha demarcatória que diferencia o marxismo “desacreditado” e os regimes políticos identificados com “Marx e com o marxismo”. Vai ainda um pouco além, ao insistir que o capitalismo sofre de uma crônica instabilidade que, ironicamente, a globalização aprofunda: “porque se cada pedacinho do mundo está conectado com cada um dos outros pedacinhos, uma oscilação em um ponto pode significar uma sacudida em outro, e uma crise em um terceiro. A permanente oscilação do sistema é também uma fonte de vulnerabilidade”. Em mais uma de suas provocações o autor desafia que o capitalismo não necessita do socialismo para golpeá-lo até a sua morte, porque o problema consiste exatamente em que o “sistema é certamente capaz de cometer um *haraquiri*”. Para concluir, deixamos o registro integral da citação que nos parece reveladora do espírito de nossos tempos e com a qual estamos totalmente identificadas.

O socialismo faz falta para que o sistema possa ser derrubado sem que nos jogue todos na barbárie. E é por isso que as forças de oposição são tão importantes: para resistir tanto quanto for possível ao fascismo, ao caos e à selvageria que, certamente, surgirão de uma crise maiúscula do sistema. Walter Benjamin sabiamente observou que a revolução não é um trem fora de controle,

energia e medicamentos, tornando a vida dos romenos uma luta diária pela sobrevivência. Ceaușescu instituiu ainda o culto da sua pessoa, ao estilo da Coreia do Norte, atribuindo a si próprio o título de “Conducător” (chefe) e chega mesmo a possuir um ceptro, em alusão à sua figura real. A Romênia foi o único país do Bloco do Leste Europeu com um fim violento do regime comunista (HOBSBAWM, 1995).

é a aplicação dos freios de emergência. Bertolt Brecht acrescentou que o capitalismo, e não o comunismo era radical. Neste sentido, o papel das ideias socialistas é o de proteger o futuro que ainda não nasceu – oferecer, não uma tormenta, mas sim um lugar de refúgio nesta tempestade que é a história (EAGLETON, 2007).

Referências

ABREU, H. B. O contexto histórico-social da crise dos padrões de regulação sócio estatal. **Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social**, 1997.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ARNASON, J. P. Perspectivas e problemas do marxismo crítico no Leste Europeu. In: HOBSBAWM, E. (Org.). **História do marxismo: v.11 – o marxismo hoje (primeira parte)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.163-245, 1989.

BEHRING, E. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRAZ, N. Atualidade da Teoria das Necessidades em Marx. In: 7º ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 7., 2012, Vitória (ES). **Anais...** Vitória (ES): Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPS/UFES), 2012.

CASTORIADIS, C. **Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

DUAYER, M. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho. In: **Em Pauta. Teoria Social e Serviço Social**. Revista da Faculdade de Serviço da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1º sem. de 2012, nº 29, v. 10, p.35-47.

EAGLETON, T. Um futuro para o socialismo? In: BORON, A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. (Orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.22.doc>> Acesso em: 11 mar. 2013.

FRAGA, P. D. V. **A teoria das necessidades em Marx**: da dialética do reconhecimento à analítica do ser social. 2006. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Filosofia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2006. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000392874&opt=4>> Acesso em: 18 mar. 2013.

HADDAD, F. O legado de Marx. **Praga: Estudos marxistas**, São Paulo, n. 5, p. 77-88, 1998.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HELLER, Á. **Teoría de las necesidades en Marx**. Barcelona: Península, 1978.

HELLER, Á. **Una revisión de la teoría de las necesidades**. Barcelona: Paidós, 1996.

HELLER, Á. "**Uma sociedade totalmente justa não é de fato desejável**": entrevista com Agnes Heller. 11 jan. 2008. [Entrevista concedida a Giuliano Battiston, publicada pelo jornal italiano Il Manifesto em 04 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/11637-%60uma-sociedade-totalmente-justa-nao-e-de-fato-desejavel%60-entrevista-com-agnes-heller>> Acesso em: 02 abr. 2010.

HOBBSAWM, E. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LESSA, S. **Lukács e Heller**: a centralidade do trabalho. Publicado em revista Raízes, Pós-Graduação Economia Rural, UFPB, V.13, pp. 112-123, Campina Grande, 1996. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos912/lukacs-e-heller/lukacs-e-heller2.shtml>> Acesso em: 11 mar. 2013

LUKÁCS, G. **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUXEMBURG, R. **A Revolução Russa**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1991.

MAFFI, B. Introdução à edição italiana. In: MARX, K. **O capital Livro I: capítulo VI inédito**. São Paulo: Ed. Moraes, 1985. p.13-33.

MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro 1, Volume 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, K. **O capital Livro I: capítulo VI inédito**. São Paulo: Ed. Moraes, 1985.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

RIVERO, Á. De la utopía radical a la sociedad insatisfecha. In: HELLER, Á. **Una revisión de la teoría de las necesidades**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1996, p. 9-55.

ROVATTI, P. A. Prólogo In: HELLER, Á. **Teoría de las necesidades em Marx**. Barcelona: Península, 1978. p. 5-18.

TERTULIAN, N. Uma apresentação à Ontologia do Ser Social de Lukács. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, p.54-69, 2010.

TONET, I. Socialismo: obstáculos a uma discussão. **Clio: Revista de Pesquisa His-**

tórica, n. 26.1, p.215-237, 2008. Disponível em:

<<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/65>>. Acesso em: 04 mar. 2013.